



novos rumos PARA O TRABALHO com famílias



novos rumos
PARA O TRABALHO
com famílias

CRÉDITOS DESTE GUIA

Autoria do texto

Maria Ignez Costa Moreira

Colaboração Especial

Fernanda Flaviana de Souza Martins

Adriane Moraes Fam

Ivan Ferreira da Silva

Murilo Tadeu Moreira Silva

Revisão

Dora Helena Feres

Maria Angela Maricondi

Coordenação Editorial

Isa Maria F.R. Guar

Organização

Maria Lúcia Gulassa e

Fernanda Flaviana de Souza Martins

Projeto gráfico e editoração eletrnica

Fonte Design | www.fontedesign.com.br

Ilustrações

Cláudia Gil

Impressão

Bartira Gráfica e Editora Ltda.

Tiragem

3.000 exemplares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Moreira, Maria Ignez Costa

Novos rumos para o trabalho com famílias / Maria Ignez Costa Moreira. – São Paulo
: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre
a Criança e o Adolescente, 2013.

Bibliografia.

ISBN 978-85-63512-06-2

1. Convivência 2. Crianças e adolescentes – Direitos 3. Trabalho social com famílias

I. Título.

10-02070

CDD-362.732

ndices para catálogo sistemático:

1. Trabalho com famílias : Promoção e defesa do direito de crianças e adolescentes 
convivência familiar e comunitária :

Bem-estar social 362.732



novos rumos PARA O TRABALHO com famílias

apoio:



Sumário

Prefácio

07

Novos rumos para o trabalho com famílias

09

Família ou famílias?

10

Deveres e direitos da família

19

Trabalhando com a diferença

21

Estratégias para a intervenção junto às famílias
atendidas pelos diversos programas

25

As famílias são diferentes, mas são iguais! Como?

30

Famílias em situação de risco

32

Enfrentando os riscos

34

À guisa de conclusão

37

Referências bibliográficas comentadas

38

Prefácio

A Constituição Brasileira de 1988 definiu a família de maneira muito mais inclusiva e desprovida de preconceitos. A igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres na sociedade conjugal, o planejamento familiar e tantas outras conquistas alteraram a imagem da família. O Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica da Assistência Social e, recentemente, a edição do Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária foram reafirmações do papel central que a família exerce na sociedade brasileira, bem como da necessidade de atenção a esse segmento. Contudo, todas essas mudanças não acontecem sem conflitos, o que passa a exigir de todos nós mudanças nas maneiras de ver, compreender e de atender as famílias.

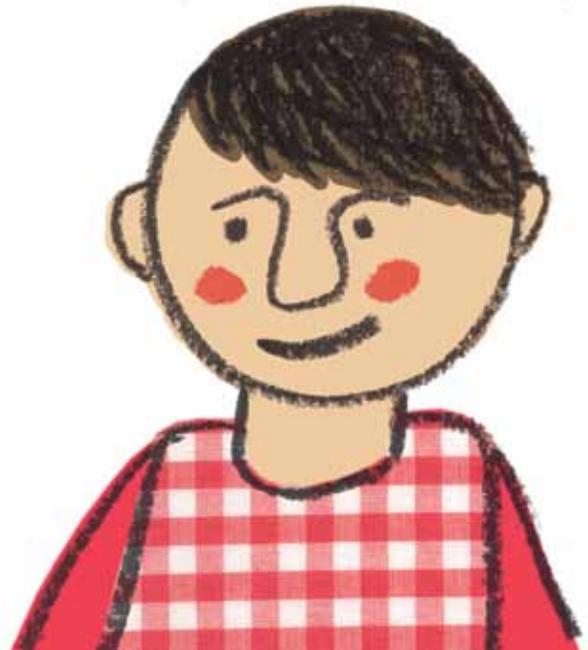
A família vem fortalecendo-se como instituição social tanto pelo seu papel de acolhimento quanto pelo seu caráter nucleador, e não só no âmbito dos movimentos sociais, como também no que diz respeito às políticas públicas. Nesta perspectiva é que o Estatuto da Criança e do Adolescente exigirá mais atenção a este segmento da população ao reordenar as competências dos vários agentes intervenientes: Família, Estado e Sociedade Civil. O Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária aprofundará ainda mais suas responsabilidades, o que trará importantes implicações no que se refere à exigibilidade de direitos de crianças e adolescentes.

Comungamos a ideia de que a convivência familiar é essencial para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, além de um direito inalienável, e que a promoção e o apoio àquelas mais vulneráveis é fator fundamental para que a prevenção da apartação social de crianças, adolescentes e suas famílias não aconteça pela via da institucionalização imotivada. Temos convicção disso e todo nosso trabalho deve ser guiado por esse norte.

Tendo a família como centro do trabalho e parte do cotidiano das abordagens é que este Guia foi pensado. Constitui-se em sugestão e contribuição para um olhar mais atento a ela. Esse olhar deverá produzir uma ação diferenciada, além de um estímulo à reflexão diante dos desafios que a vida coloca para as famílias e que, afinal, é o desafio de todos nós: educadores, técnicos, gestores, legisladores e cidadãos.

Reafirmamos, com esta publicação, o compromisso para o desenvolvimento de ações que tenham a intenção de preservar os vínculos familiares e comunitários mediante a promoção do núcleo mais fundamental para todos, que é a família.

Fernanda Flaviana de Souza Martins



Novos rumos para o trabalho com famílias¹

*“Um galo sozinho não tece uma manhã,
ele precisa de um outro galo, que pega o canto aqui,
lança outro ali, que lança o canto para outro galo,
para que a manhã possa nascer esperançosa, promissora.”*

João Cabral de Melo Neto

Apresentação

Novos rumos para o trabalho com famílias foi elaborado para contribuir com todos aqueles que se dedicam ao trabalho com crianças, adolescentes e suas famílias em situação de risco social e pessoal. A intenção é que ele possa correr de mão em mão, provoque discussões, reflexões e invenções.

É uma primeira edição e esperamos que, ao longo do tempo, esta publicação seja avaliada e aprimorada à luz da experiência de todos aqueles que “tecem manhãs esperançosas e promissoras”.

¹ Este texto foi produzido por MARIA IGNEZ COSTA MOREIRA, professora do Instituto de Psicologia da PUC Minas e doutora em Psicologia Social pela PUC SP, a pedido da Diretoria de Proteção e Defesa da Criança e do Adolescente. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Dezembro 2008.

Família ou famílias?

Todos nós temos uma imagem ideal de família. Esta família ideal, descrita por Goldani (2002), é formada por um casal heterossexual (ou seja, por um homem e uma mulher), legalmente casados, com dois filhos (um de cada sexo), e todos vivendo juntos e em uma casa própria. O marido tem emprego fixo e salário suficiente para prover todas as necessidades da família, portanto ele é, neste modelo, o principal provedor. A mulher é a dona de casa, responsável pela economia doméstica, pela organização da casa, pelo cuidado com as crianças, os adolescentes, os idosos e os doentes. Neste contexto, quando a mulher trabalha fora de casa, é em tempo parcial e para “ajudar” o marido. Outra alternativa para a complementação da renda familiar é a mulher ocupar-se de alguma atividade de geração de renda (costurar, fazer salgadinhos, doces, entre outras) na sua própria casa. Se ela trabalhar fora de casa em tempo integral, ainda assim é esperado que ela realize as atividades domésticas perfeitamente bem, afinal estas atividades são entendidas como próprias das mulheres. As crianças e os adolescentes frequentam regularmente a escola e a exploração do trabalho infantojuvenil não existe. Esta família está livre de todo o conflito e, mais ainda, de qualquer violência entre o marido e a esposa, entre pais e filhos ou entre irmãos. Este texto poderia ser o do último capítulo de uma novela, porque retrata uma família IDEALIZADA como feliz!

As famílias brasileiras ao longo da nossa história foram se transformando: a frequência dos casamentos legais diminuiu, o número de separações aumentou, o de recasamentos cresceu, outros arranjos sexuais na formação dos casais são experimentados, o número de nascimentos diminuiu, assim como o número de filhos por casal. Um grupo expressivo de adolescentes torna-se mãe, algumas mulheres vão experimentar a maternidade pela primeira vez após os 30 anos. Há homens e mulheres que escolhem a paternidade e a maternidade, mas não o casamento, assim como há homens e mulheres que escolhem



Se observarmos as famílias do nosso bairro, da nossa cidade, do nosso país, vamos encontrar alguma bem parecida com este modelo?

Provavelmente, sim.



mas todas as famílias do nosso bairro, da nossa cidade, do nosso país são iguais a este modelo?

com certeza, não.

por quê?



o casamento, mas não a maternidade e a paternidade. Houve um aumento significativo de mulheres que conquistaram grau de escolaridade mais alto, ingressaram no mercado de trabalho, exercendo as mais diferentes profissões, e têm ainda de conciliar estas atividades com o trabalho doméstico. Há homens que se voltaram para as ocupações antes consideradas próprias das mulheres e alguns que assumiram as tarefas domésticas integralmente, enquanto suas companheiras trabalham fora de casa, ou parcialmente, dividindo com elas o cuidado com a casa e os filhos. Muitos lares brasileiros são chefiados e sustentados pelas mulheres; outros, nos quais os homens estão desempregados, os responsáveis por prover a família são as mulheres, as crianças e os adolescentes.

Atualmente, homens e mulheres buscam estabelecer relações mais igualitárias entre si. As crianças, os adolescentes e os jovens são considerados sujeitos de direitos, e não “menores” tratados quase como propriedade dos pais e dos adultos. Eles buscam ser ouvidos tanto em casa, na família, quanto no grupo social mais amplo, e suas opiniões e escolhas têm sido levadas em conta, em graus variados. Se perguntarmos aos mais velhos, pessoas com idade superior a 70 anos, sobre a relação que eles, quando crianças, estabeleciam com seus pais, avós e tios, provavelmente vamos escutar que tudo era muito diferente dos dias atuais, que as crianças deveriam “obedecer”, e não “se intrometer em conversa de adulto”.

Todas estas transformações na família estão relacionadas às mudanças na estrutura econômica e política do nosso país, e também às mudanças de valores que foram construídas ao longo das gerações.

Todos nós conhecemos famílias formadas por pai, mãe e filhos; mas também famílias formadas pela mãe com seus filhos; pelo pai com seus filhos; pela mãe com seus filhos, a avó e os tios; pela mãe com seus filhos e seu companheiro; ou pelo pai com seus filhos e sua companheira, entre outros formatos. Também quando assistimos à televisão, vemos nas novelas muitas formas de organização familiar que refletem o que acontece na sociedade. Todos estes fatos demonstram que a família tem uma enorme capacidade de adaptação e de mudança ao longo da história.

Estas mudanças e a diversidade de estrutura e dinâmica das famílias acabam por nos dar a falsa impressão de que as famílias estão desestruturadas, em crise ou até ameaçadas de desaparecer, quando na verdade

Existem muitos modelos de família que convivem no mesmo espaço social e ao mesmo tempo:

Nuclear simples: família em que o pai e a mãe estão presentes no domicílio; além disso, todas as crianças e os adolescentes são filhos desse mesmo pai e dessa mesma mãe. Não há mais qualquer adulto ou criança (que não sejam filhos) morando neste domicílio.



Monoparental feminina simples: família em que apenas a mãe está presente no domicílio vivendo com seus filhos e, eventualmente, com outras crianças e adolescentes sob sua responsabilidade. Não há mais nenhuma pessoa maior de 18 anos, que não seja filho, morando no domicílio.



Monoparental masculina simples: família em que apenas o pai está presente no domicílio vivendo com seus filhos e, eventualmente, com outras crianças e adolescentes sob sua responsabilidade. Não há mais nenhuma pessoa maior de 18 anos, que não seja filho, morando no domicílio.



Monoparental feminina extensa: família em que apenas a mãe está presente no domicílio vivendo com seus filhos e ainda com outras crianças e adolescentes sob sua responsabilidade e outros adultos sem filhos menores de 18 anos, parentes ou não.

Monoparental masculina extensa: família em que apenas o pai está presente no domicílio vivendo com seus filhos e ainda com outras crianças e adolescentes sob sua responsabilidade e outros adultos sem filhos menores de 18 anos, parentes ou não.





Nuclear extensa: família em que o pai e a mãe estão presentes no domicílio vivendo com seus filhos e outras crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, além de outros adultos, parentes ou não do pai e/ou da mãe.

Família convivente: famílias que moram juntas no mesmo domicílio, sendo ou não parentes entre si. Cada família pode ser constituída por “pais-mãe-filhos”, por “pai-filhos”, ou por “mãe-filhos”. Outros adultos sem filhos, parentes ou não, podem também viver no domicílio. Nessa categoria foram também agrupadas as famílias compostas de duas ou mais gerações, desde que, em cada geração, houvesse pelo menos uma mãe ou um pai com filhos até 18 anos.





Família nuclear reconstituída: família em que o pai e/ou a mãe estão vivendo uma nova união, legal ou consensualmente, podendo também a companheira ou o companheiro ter filhos com idade até 18 anos, vivendo ou não no domicílio. Outros adultos podem viver no domicílio.



Família de genitores ausentes: família em que nem o pai nem a mãe estão presentes, mas na qual existem outros adultos (tais como avós, tios) que são responsáveis pelos menores de 18 anos.

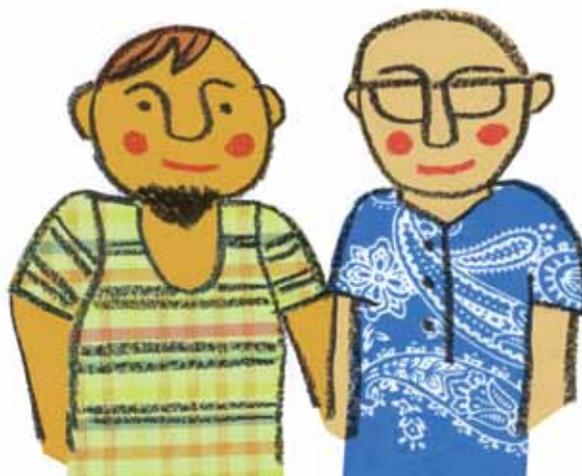
Família nuclear com crianças agregadas: família em que o pai e a mãe estão presentes no domicílio com seus filhos e também com outras crianças e adolescentes sob sua responsabilidade. Não há outro adulto morando no domicílio.



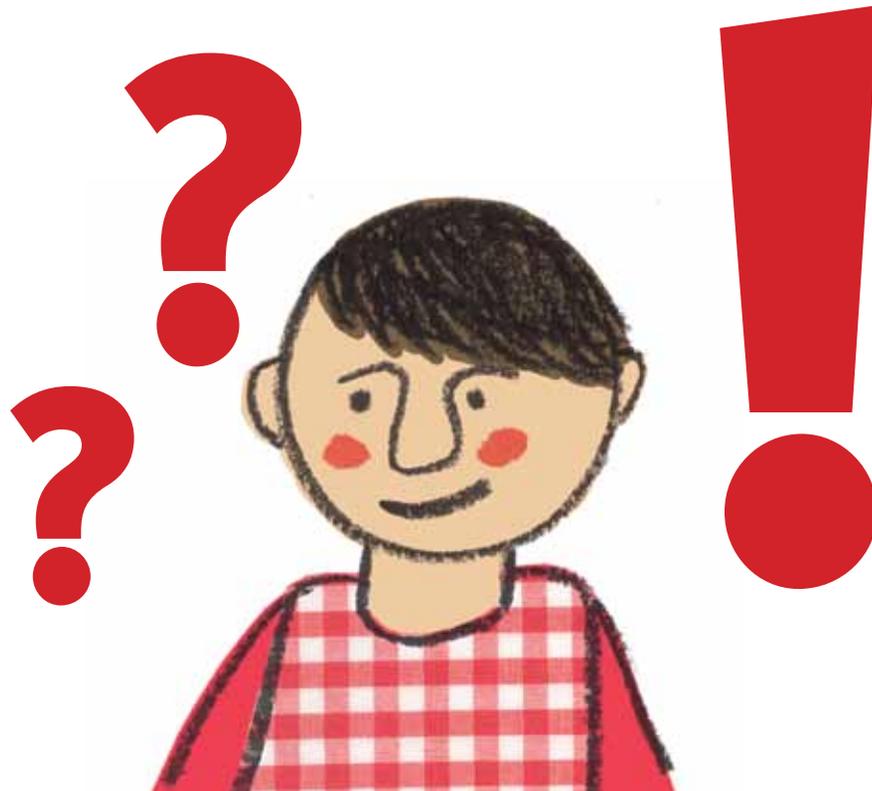
Família colateral: aquela composta por irmãos e irmãs maiores e/ou menores de 18 anos, sem a presença dos pais, de qualquer outro parente ou adulto não parente.



Família homoparental: aquela composta por um casal formado de pessoas do mesmo sexo, com os filhos nascidos de uniões heterossexuais anteriores, de um ou de ambos os parceiros, ou com filhos adotados menores de 18 anos.



Esta lista não é definitiva, porque, como já vimos, as famílias são dinâmicas e se transformam ao longo da história. O objetivo desta lista é mostrar a diversidade de organização e dinâmica familiar. Esta diversidade traz enormes desafios para todos nós, especialmente para os que trabalham diretamente com as famílias, realizando cotidianamente as políticas de assistência social que visam à promoção e ao exercício da cidadania de homens e mulheres, à proteção dos direitos de crianças, adolescentes, jovens e idosos.



Nossos desafios



Conviver com a diferença: as famílias atualmente, como vimos, são constituídas de muitas formas, e uma forma não é melhor ou pior do que a outra, elas são apenas **diferentes** entre si. Isto quer dizer que não há um modelo “**certo**” nem um modelo “**normal**” de família.



Respeitar a diferença: significa fundamentalmente não tratar a diferença como desigualdade e buscar romper com os **preconceitos**. O preconceito leva à discriminação, ao isolamento, à exclusão.

Deveres e direitos da família

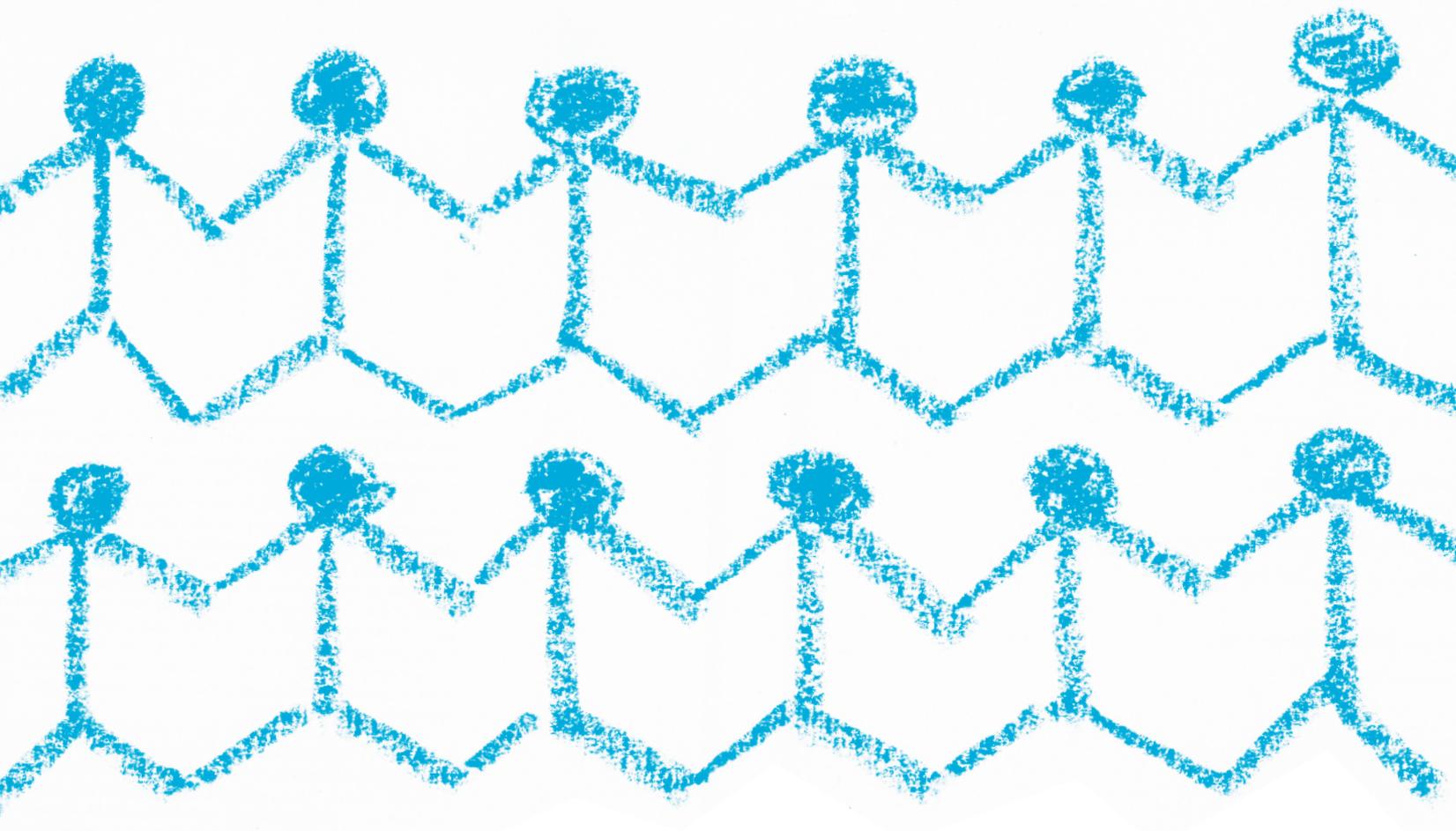
Seja qual for o modelo de família, todas elas têm deveres e responsabilidades para com os seus membros em fases especiais da vida, tais como a infância, a adolescência, a juventude e a velhice.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA considera que a família é fundamental para a realização e a defesa dos direitos da criança e do adolescente: direitos à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito e à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, ao lazer, à cultura e ao esporte.

O ECA prevê ainda que a família deve ser protegida e amparada pelo poder público para que possa realizar plenamente suas funções e responsabilidades. Neste sentido, as ações primárias de atenção à família devem ter o sentido de ampará-la e não de substituí-la.

Os impedimentos para a realização plena, pela família, de suas funções são de diversas ordens. Vamos destacar apenas dois para as nossas reflexões: na situação extrema de pobreza, a família deve ser incluída em programas de renda mínima e de qualificação profissional de adultos para a geração de renda. Nas dificuldades de ordem socioafetivas de relacionamento e de diálogo entre o casal e destes com os filhos, é preciso criar espaços para a reflexão e a elaboração dos problemas vividos no cotidiano, por exemplo, grupo de apoio para os pais. Tanto a inclusão em programas de renda mínima quanto em grupos de apoio podem ser estratégias para a superação das dificuldades que impedem a família de realizar os seus deveres e responsabilidades e, ao mesmo tempo, para a prevenção da eclosão de violência doméstica.

Estas ações não podem ser de responsabilidade de um único órgão ou programa, e sim de uma REDE formada por equipamentos tanto públicos quanto comunitários.



Mas quando a família, seja de que modelo for, violar os direitos de crianças e adolescentes, ela deve ser responsabilizada pela sociedade e pelo poder público. O poder público, nas mais diversas instâncias, deve tomar a seu encargo o papel de proteger as crianças e os adolescentes, mas também de mediar as relações entre os pais e adultos responsáveis pelas crianças e pelos adolescentes buscando superar as condições que geraram a violação de direitos. Se for impossível a superação dessas condições, para que as crianças e os adolescentes possam retornar ao convívio familiar, será preciso buscar, na família extensa ou substituta, meios para que as crianças e os adolescentes possam realizar o seu direito de convivência familiar e comunitária. Estas concepções norteiam a medida socioprotetiva de acolhimento institucional prevista pelo ECA.

Todas as considerações acima trazem uma consequência prática para as nossas ações cotidianas: não podemos planejar e executar qualquer projeto de assistência e proteção às crianças e aos adolescentes sem considerarmos as particularidades das famílias com as quais trabalhamos.

Trabalhando com a diferença

A seguir, você encontrará algumas sugestões de atividades para sensibilizar a equipe de trabalho, a fim de que ela compreenda e conviva com as diferenças entre as famílias. Antes de nos voltarmos para o “outro”, é preciso que nos voltemos para “nós mesmos”.

DINÂMICA I Retrato falado

Cada participante receberá uma folha de papel e canetinhas coloridas para descrever a estrutura de sua família, ou seja, quem são as pessoas que moram na sua casa.

Depois de concluída a tarefa, cada participante pregará o retrato falado de sua família em um varal.

Ponto de reflexão: quais são as semelhanças e as diferenças entre as estruturas familiares descritas?

Material:

- folhas de papel A4;
- canetinhas coloridas;
- barbante;
- pregador de roupa.

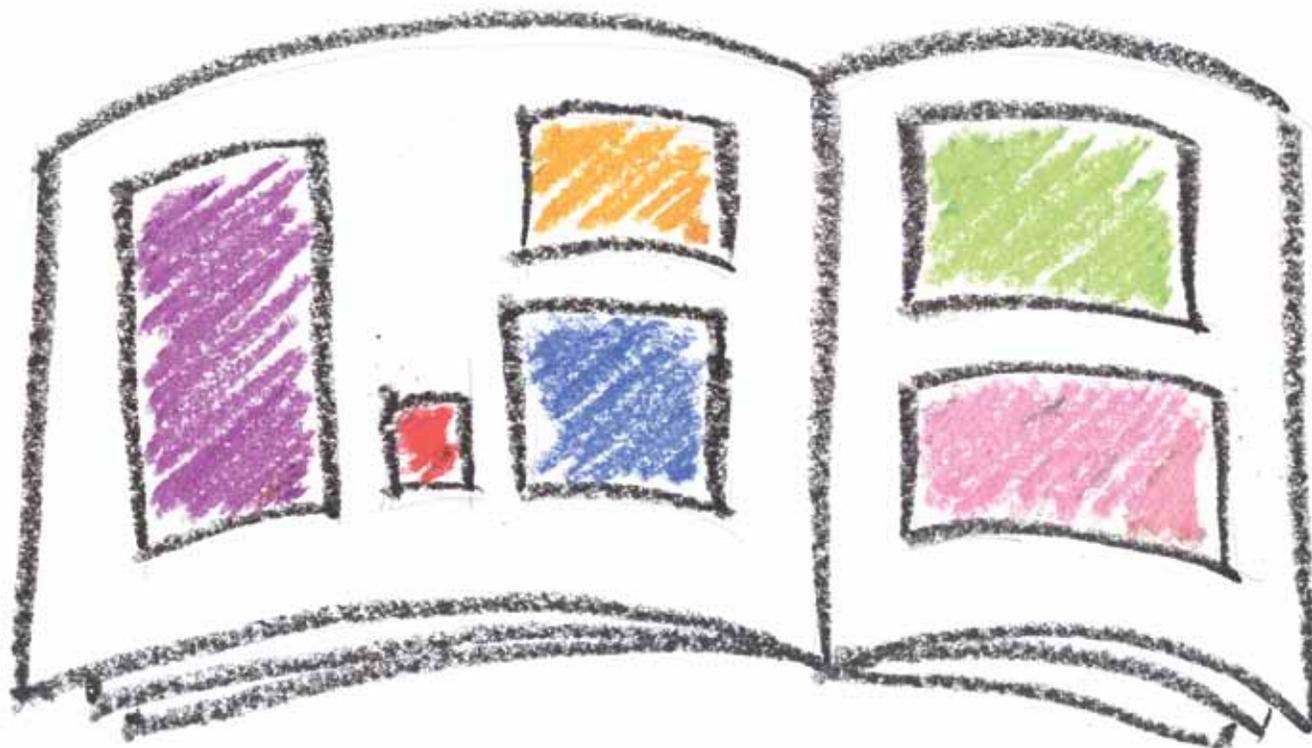


DINÂMICA II

Álbum de fotografia

Os participantes serão avisados que deverão trazer fotografias de família para o encontro. As fotografias irão circular entre todos os participantes. Depois da observação e identificação das pessoas fotografadas, o grupo deverá construir junto uma análise das fotografias com base no seguinte roteiro:

- qual o ano da fotografia mais antiga?
- e da mais recente?
- quais as diferenças e as semelhanças entre as fotografias de casamento antigas e as recentes?
- como se vestiam as crianças das fotografias mais antigas e das mais recentes?
- qual a postura das mulheres nas fotografias mais antigas e mais recentes?
- Há crianças, jovens e velhos fotografados?



DINÂMICA III

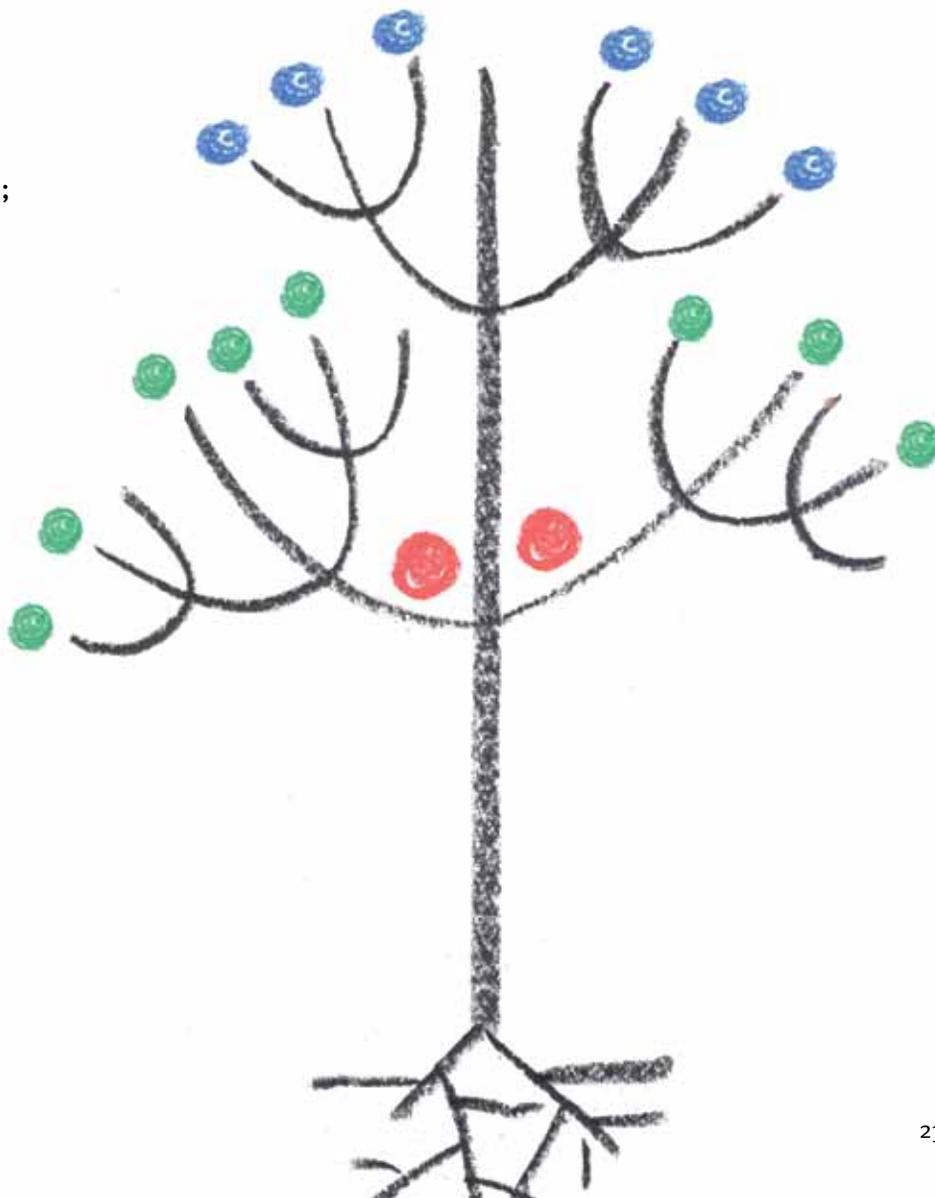
Árvore genealógica

As árvores têm uma raiz, não é verdade? Desta raiz, saem o tronco, os galhos, as folhas, as flores e os frutos. Uma família também tem uma raiz (bisavós, avós, pais) que produz flores e frutos (filhos, netos). Saber a história familiar é saber a própria origem. E saber a própria origem é muito importante na construção da identidade e da autoestima.

Os participantes devem construir uma árvore genealógica abrangendo três gerações (avós, pais e filhos ou bisavós, avós e pais). Cada participante receberá folhas de papel e canetinhas coloridas. Depois de concluída a tarefa, cada participante deverá afixar sua árvore em um quadro.

Material:

- folhas de papel A4;
- canetinhas coloridas;
- fita crepe.



Pontos de reflexão:



quais foram as mudanças no grau de escolaridade, de uma geração para outra, e as relativas à profissão e aos lugares ocupados por homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens e velhos ao longo da história familiar?



com qual idade os homens e as mulheres se casaram ao longo do tempo? Houve separações? Viuvez? Recasamentos?



as famílias aumentaram ou diminuíram de tamanho?

Pontos comuns entre as diversas dinâmicas

Conhecer a história familiar é muito importante para compreender os acontecimentos do presente. A história familiar nos mostra que existem acontecimentos que se repetem e outros que são inovadores.

Estas dinâmicas pretendem contribuir para a reflexão de que todos somos diferentes e que nossas diferenças não devem ser tratadas como desigualdades. O registro dessas reuniões é muito importante para a memória da equipe e podem ser realizados de diversos modos:

- em uma ata, na qual um membro do grupo fica responsável por escrever o conteúdo da reunião daquele dia;
- por meio de fotografia, gravação ou filmagem da reunião;
- pelo arquivamento do material produzido na reunião.

Estas dinâmicas, vivenciadas pela equipe, podem ser utilizadas em momento oportuno no trabalho com o grupo de famílias. Elas podem ser úteis como elementos mediadores de reflexão e de descontração entre as famílias.



Estratégias para a intervenção junto às famílias atendidas pelos diversos programas

A entrevista

As entrevistas com as famílias podem ser feitas em vários momentos do processo de trabalho. Na fase inicial, a realização da entrevista com pais, tios, avós ou responsáveis pelas crianças e pelos adolescentes objetiva uma aproximação com a família que possibilita conhecer os modos próprios de organização da vida cotidiana, as dificuldades vividas e as formas de enfrentamento dessas dificuldades. Podemos também avaliar as demandas da família, suas expectativas e disponibilidades.

A entrevista é ainda uma oportunidade de percebermos o grau de conhecimento da família sobre os equipamentos sociais e públicos disponíveis em sua comunidade, além da inclusão e frequência de seus membros nos programas sociais oferecidos.

A entrevista é uma situação de interação entre, no mínimo, duas pessoas. É também um ótimo recurso para resgatar a história familiar. Mas ela não deve parecer um “interrogatório policial”, e sim uma conversa na qual o entrevistado se sinta acolhido e escutado.

Escutar é a palavra-chave na entrevista, não apenas escutar o que seu entrevistado diz com palavras, como também com o corpo. O corpo fala!

Para escutar, é preciso uma postura de interesse pelo outro, considerar o que está sendo dito. Não é necessário que o entrevistador fique calado o tempo todo, é possível estabelecer um diálogo.

Ambiente: imagine uma entrevista em local sem privacidade alguma, sala barulhenta ou onde algumas pessoas transitam ou interrompem constantemente. A situação fica tensa, o entrevistado irá sentir-se constrangido e será difícil estabelecer um laço de confiança entre o entrevistado e o entrevistador. Por isso, é fundamental preparar o ambiente para a realização da entrevista: uma sala silenciosa onde o entrevistado e o entrevistador tenham privacidade e não sejam interrompidos. A preparação do ambiente revela a disposição de acolher as pessoas.

Esclarecimento: é preciso esclarecer o entrevistado quanto aos motivos e objetivos pelos quais ele foi convidado para a entrevista. O entrevistado, seja qual for o fato que motivou a entrevista, precisa compreender a razão de sua presença naquele lugar e se sentir à vontade para responder o que lhe for perguntado.

Atitudes do entrevistador: o entrevistador deve ser pontual e saber o nome do entrevistado. Todos nós gostamos quando somos chamados pelos nossos nomes, afinal este é um sinal de reconhecimento. A postura do entrevistador é importante, ele deve procurar olhar para o entrevistado e desta forma comunicar que está interessado na sua narrativa.

Anotações: a anotação, durante a entrevista, pode inibir o entrevistado; se for necessário anotar alguma informação, peça-lhe licença para fazê-lo. Terminada a entrevista, tente lembrar o que foi dito e anotar o que poderá ser útil para o acompanhamento posterior daquela família.

É possível realizar várias sessões de entrevista com a mesma família. Em alguns momentos, podemos começar entrevistando um membro da família, aquele que demandou a entrevista ou que foi encaminhado para ela, e depois marcar um encontro com todo o grupo familiar.

Podemos também realizar entrevistas coletivas, ou seja, com todos os membros da família ao mesmo tempo. No caso de haver crianças pequenas, podemos deixar, na sala da entrevista, alguns brinquedos, papel e giz de cera para que elas desenhem. Os brinquedos e o desenho são os meios de expressão das crianças.

Para a realização de uma entrevista, é preciso ter alguns cuidados.

- Elaborar um roteiro prévio: qual o tema da entrevista e quais dados pretende-se obter. No entanto, o roteiro não deve ser uma sequência de perguntas fechadas, que interrompa a fala do entrevistado. Ele funciona como um mapa para ajudar o entrevistador a não se perder no caminho.

- Se for necessário fazer outra entrevista com a mesma família, os dados da primeira entrevista são muito úteis. O entrevistador pode iniciar a entrevista com estes dados. Por exemplo: “Na semana passada, você havia dito que...”.
- Podemos também realizar uma entrevista com a família no momento do encerramento de um processo de acompanhamento. Neste caso, o grande objetivo da família é o de avaliar o processo. Os dados da avaliação são muito úteis para o aprimoramento do trabalho que realizamos.

Podemos sugerir à família que faça um desenho coletivo. Oferecemos uma folha de papel pardo e giz de cera. Esta é uma oportunidade para observarmos a interação da família de maneira lúdica, ou seja, esta atividade parece uma brincadeira, mas na verdade é um facilitador para a expressão de sentimentos, emoções, dificuldades.

Depois de concluído o desenho, devemos conversar com a família sobre a sua produção. Eles poderão contar uma história sobre o desenho, e o responsável pelo trabalho poderá fazer as relações entre o desenho, sua história e a situação atual da família.

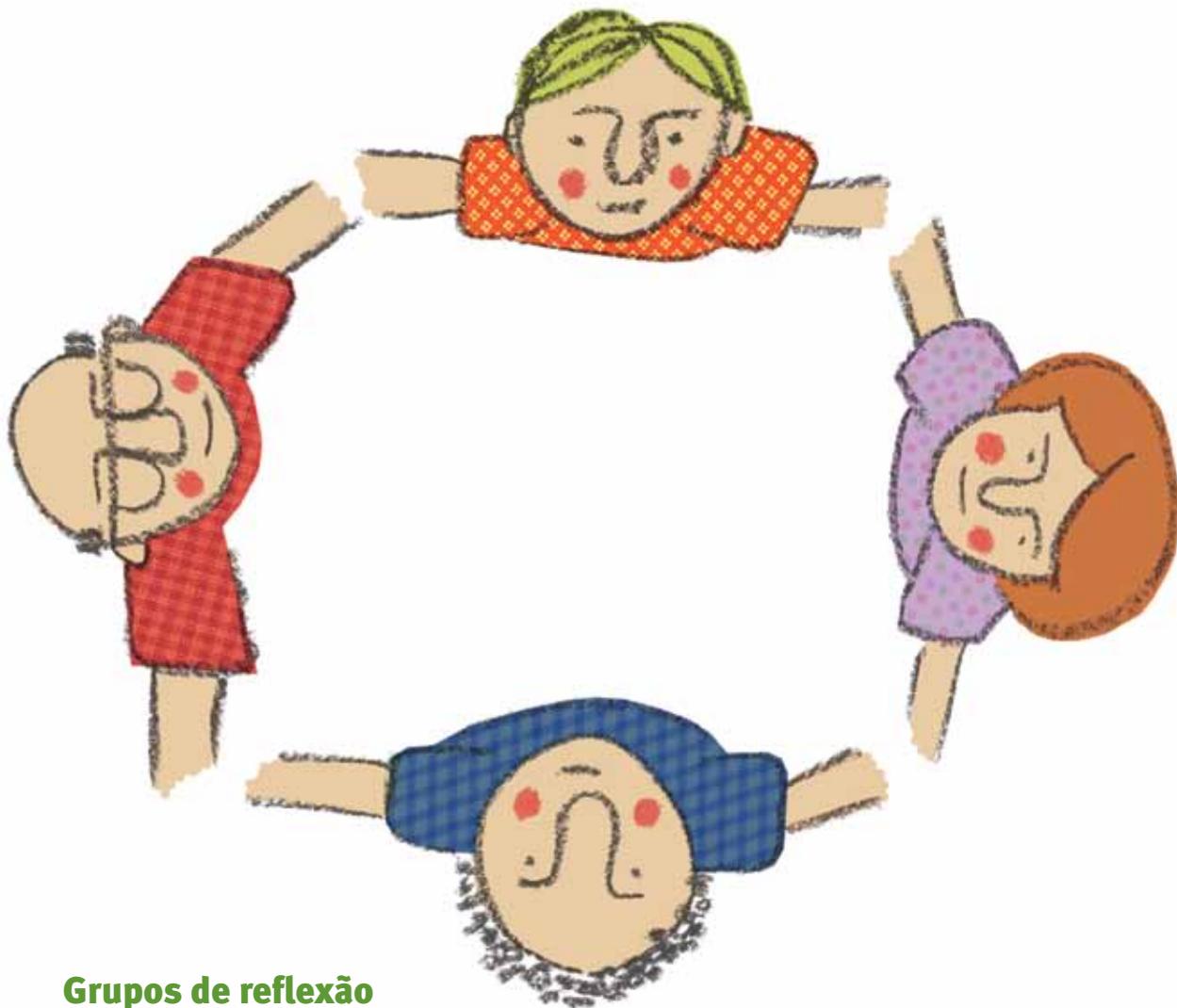
Dramatização

É um recurso para o trabalho em grupo. Serve para esclarecer melhor um tema confuso, para sensibilizar as pessoas a fim de que compreendam o ponto de vista do outro, as dificuldades que cada um tem para exercer cotidianamente os seus papéis de pai, mãe, marido, esposa, filho(a), professor(a), educador social, entre outros. A dramatização pode também ser um recurso para a problematização de um assunto novo para o grupo.

No grupo de pais ou responsáveis pela criança e pelo adolescente, vamos escolher coletivamente um fato para ser dramatizado e, também em conjunto, decidir a distribuição dos papéis. Este fato deve ter sido significativo para o grupo, pode ter sido vivenciado na comunidade, na igreja, na escola, no posto de saúde, como também ser uma notícia de jornal ou uma cena de novela.

Terminada a dramatização, o grupo é convidado a discutir a experiência. É preciso tempo e espaço para conversar sobre o que cada um pôde pensar sobre aquele fato, o que sentiu e o que aprendeu.





Grupos de reflexão

O recurso de formar grupos com famílias para discutir problemas comuns e buscar construir soluções tem sido bastante promissor. As pessoas se sentem encorajadas quando estão entre iguais. Perceber que há outras pessoas com problemas semelhantes encoraja a expressão e fortalece a solidariedade grupal.

Na primeira fase do trabalho, faremos um levantamento dos temas de interesse do grupo. É importante que o animador não leve nada pronto, pois levantar os temas de interesse com o grupo é um meio de responsabilizá-lo pela tarefa.

Na segunda fase, discutiremos cada tema com base na percepção e nos valores dos membros do grupo. O grupo fará um inventário do que sabe daquele assunto e de suas fontes de informação. Para que esse conhecimento inicial possa ser transformado, é preciso, em primeiro lugar, valorizá-lo.

Na terceira fase, levantaremos dúvidas sobre os assuntos tratados, faremos uma lista de perguntas e planejaremos coletivamente como resolver as dúvidas. Por exemplo: a decisão pode ser convidar um palestrante; neste caso, a lista de perguntas deverá ser encaminhada a ele para preparar seu contato com o grupo.

Na quarta fase, o grupo fará seus comentários sobre a palestra e a avaliação dos resultados: as dúvidas daquele tema foram esclarecidas? Qual será o próximo assunto a ser discutido?

A organização do trabalho em fases dá ao grupo a noção de continuidade e, ao mesmo tempo, de uma tarefa que tem princípio, meio e fim.

Qual o ponto comum entre as estratégias de intervenção propostas?

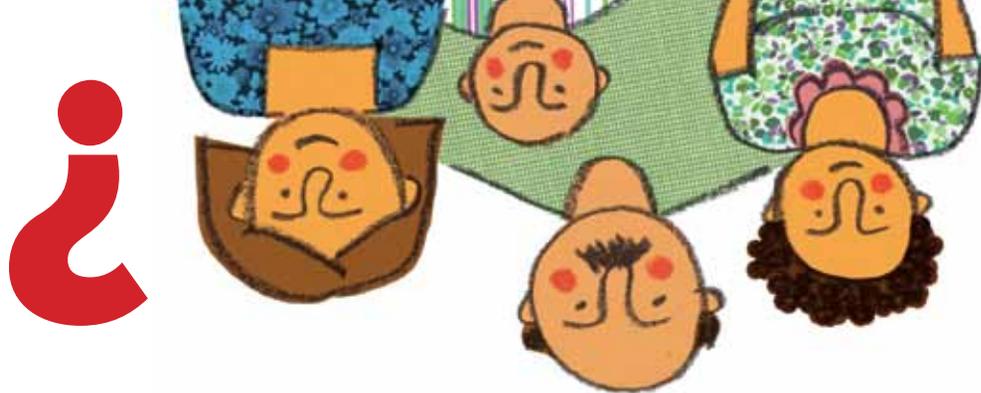
A família, seja qual for sua configuração, é um grupo de sujeitos ativos, que têm problemas e dificuldades, e também possibilidades. Vamos potencializar as possibilidades, fazer uma aliança com os aspectos positivos.

Levar tudo pronto e colocar as famílias numa posição passiva, desvalorizar suas potencialidades e considerar que elas não têm qualquer conhecimento e possibilidade trazem alguns efeitos indesejáveis: resistência a qualquer tipo de proposta; cristalização da baixa autoestima; indisponibilidade para a mudança.

Registro das experiências

Não é uma tarefa fácil, para as equipes que trabalham nos programas destinados à família, registrar suas experiências. As demandas do cotidiano exigem ações rápidas, contínuas e emergentes. Todos nós temos na cabeça a imagem do “bombeiro apagando incêndio”. Ainda assim, toda intervenção realizada deve ser registrada. O registro é um ato político capaz de dar visibilidade à situação das famílias, seus problemas, suas necessidades, bem como, às necessidades das equipes de trabalho.

Por meio dos registros, é possível avaliar as intervenções e buscar o aprimoramento delas. A prática cotidiana é uma maneira de produzir conhecimento e, deste modo, o registro é uma forma de fazer com que este conhecimento possa circular entre aqueles que trabalham com famílias nos diversos programas e aqueles que pesquisam e estudam as famílias. Este registro, então, torna-se um importante elo de ligação entre a teoria e a prática. A teoria produz a prática, mas também a prática produz a teoria. O nome deste movimento é práxis.



As famílias são diferentes, mas são iguais!

Como?

A família, seja qual for o seu modelo, é uma referência na vida de homens e mulheres, independentemente de idade, vinculação étnico-racial ou país de origem, ou seja, em todas as sociedades humanas, existe família. Mas cada sociedade tem normas particulares que norteiam a organização familiar, e cada família se organiza de modo singular.

Quais são as funções universais da família?

A família é responsável pela socialização primária de suas crianças, isto quer dizer que é na família que a criança aprende a falar, conhece as regras de sua sociedade e internaliza as noções de “certo” e de “errado”. Além disso, a família transmite aos seus membros hábitos alimentares, tradições, valores éticos, religiosos, modos de comemorar os aniversários e os casamentos, e de lidar com a morte.

A família também faz uma mediação entre os indivíduos e a sociedade mais ampla. É a família que inicia a criança nas práticas religiosas, por exemplo. Também é ela que leva a criança a frequentar a escola, que, por sua vez, demanda que a família acompanhe a trajetória escolar da criança.

A família não pode substituir nem a sociedade nem o Estado na defesa e promoção dos direitos de cidadania de suas crianças e seus adolescentes, mas pode e deve mediar e lutar por esses direitos, e precisa ser amparada, quando necessário, para realizar seu papel.

As funções universais da família não devem ser tomadas para uniformizar todas as famílias, e sim para compreender alguns limites éticos. A postura ética indica o que a família deve fazer e, ao mesmo tempo, o que não deve fazer. Ela deve cuidar de suas crianças, e não abandoná-las ou maltratá-las, seja qual for seu modelo ou sua estrutura.



São funções da família

- A proteção de seus membros, em especial as crianças, os adolescentes, os jovens e os idosos. Para que esta função se cumpra, os membros da família negociam internamente a divisão de papéis e de tarefas. Além disso, a família pode necessitar de uma série de equipamentos sociais, públicos ou privados, que a auxiliem a desempenhar suas funções.
- A divisão do trabalho e a divisão interna de papéis que facilitem a sobrevivência do grupo e a manutenção do domicílio.
- A aprendizagem dos papéis de homens e mulheres, adultos e crianças. Estes papéis são variados entre as diversas sociedades e culturas.
- A vivência da sexualidade e da afetividade. As famílias são organizadas por regras que regem a vivência da sexualidade e da afetividade, compartilhadas pela sociedade em geral. O incesto é proibido, o abuso sexual contra crianças e jovens deve ser combatido. Quando estes fatos acontecem, são tratados como violação das leis e dos direitos individuais, e os autores de tais atos são responsabilizados e punidos.
- As relações entre parentes. Cada membro experimenta vários tipos de relações dentro do seu grupo familiar. Por exemplo, a relação entre pais e filhos é diferente daquela vivida entre irmãos. Existem expectativas distintas sobre cada membro do grupo familiar e seus parentes: o grau de obediência e solidariedade devida, os limites da autoridade de cada um, a regulação das trocas afetivas, entre outras. Nesse conjunto é que serão definidas as relações entre mães-filhos, pais-filhos, genros-sogros, tios-sobrinhos, irmãos-irmãs.



Famílias em situação de risco

A palavra RISCO tem muitos sentidos: aventura, incerteza, imprudência, imprevidência, perigo, entre outros. Nos jornais, a palavra RISCO muitas vezes vem acompanhada de outras: investimento de risco (na economia); esporte de risco (o alpinista radical que escala a montanha mais alta do mundo); comportamento de risco (na área da saúde).

O RISCO envolve dimensões negativas e positivas. Na época das chuvas, são divulgadas as condições das áreas de RISCO de uma cidade que devem ser evitadas porque são perigosas e os deslizamentos de terra podem causar mortes. Esta é uma dimensão negativa.

O RISCO-aventura está ligado a uma ideia de superar obstáculos e vencê-los. No esporte radical, há risco, e vencê-los é o objetivo do esportista. O investidor de valores corre RISCO para ganhar dinheiro. Há profissões de RISCO, como a dos bombeiros, que são muito valorizadas pela população.

A ideia do risco está relacionada ao planejamento do futuro e à invenção de meios para avaliar os riscos, com o objetivo de preveni-los e controlar as situações que produzem riscos.

No campo das políticas públicas voltadas para as famílias e suas crianças e seus adolescentes, encontramos frequentemente as expressões “famílias em situação de risco social” e “crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social”. Qual o sentido deste RISCO?

As famílias em situação de risco pessoal e social têm sido descritas como famílias cujos membros apresentam baixo grau de escolaridade e recursos econômicos e culturais limitados ou precários. Além disso, os estudiosos e os trabalhadores sociais que lidam diretamente com as famílias em situação de risco têm percebido que tais famílias mostram padrões de comunicação e de socialização difíceis em relação às crianças, o que muitas vezes leva ao risco da violência ou da fragilização dos vínculos.

Não se trata de afirmar que somente as famílias pobres estejam em risco pessoal e social, e sim que as condições exacerbadas de carência material e cultural são um fator que contribui para a precarização das relações afetivas.

As famílias vivem em um contexto social mais amplo e, neste sentido, é preciso considerar que a precarização do mundo do trabalho – quer dizer, a diminuição dos postos de trabalho em todo o mundo, as longas jornadas, a diminuição dos salários, aliadas à baixa escolaridade e formação profissional – são determinantes na produção da pobreza e da exclusão social.

➔ RISCO – PROBLEMA – RISCO ➔

Muitas vezes, o risco só é percebido quando um problema se manifesta.

Exemplo

Situação: a criança fora da escola.

É um **problema**, uma violação do direito à educação da criança, previsto no ECA.

É um risco imediato, porque, quando não está na escola, a criança pode estar na rua exposta a toda sorte de violência, ser explorada tendo de trabalhar, seja no espaço público ou doméstico, e também é um risco futuro, porque a baixa escolaridade vai levá-la a postos precários de trabalho, à exclusão social e à perpetuação da pobreza.

É preciso verificar por que aquela criança está fora da escola. Esta situação pode revelar uma série de problemas:

- não há vagas na escola?
- há vaga em uma escola muito distante de sua casa?
- a criança não foi matriculada porque não tem Certidão de Nascimento?
- a criança não frequenta a escola porque trabalha?
- a criança não frequenta a escola porque está doente?

Examinando o problema atual de cada família, encontramos a situação de risco que o gerou, assim como o problema atual gera outros riscos futuros. A expressão círculo vicioso dá a ideia dessas relações entre os problemas atuais e os riscos futuros.





Enfrentando os riscos

Para enfrentar os riscos, é preciso acionar a rede, estabelecer parcerias com as instituições públicas e comunitárias, e, mais importante, considerar a potencialidade das próprias famílias. Elas precisam ser acolhidas, pois são pontos da rede de proteção às crianças e aos adolescentes.

Ações primárias

Elas têm um caráter preventivo. Os espaços da escola, da unidade de saúde, das igrejas, dos centros de convivência oferecem múltiplas possibilidades para os encontros entre as famílias.

- Rodas de conversação sobre temas de interesse das famílias: educação dos filhos, saúde, sexualidade, construção de autonomia e de limites, entre tantos outros.
- Transmissão de habilidades, ou seja, encontros intergeracionais para o compartilhamento de receitas culinárias, formas de cultivo de hortas domésticas, confecção de brinquedos, brincadeiras, artesanato.
- Exibição de filmes, seguida de debate, de compartilhamento da apreciação do filme.
- Conferências planejadas, de modo a permitir a participação de todos.
- Programas de geração de renda: inclusão dos adultos da família em cursos de capacitação para o trabalho e em iniciativas para a geração de renda.

Estas são algumas sugestões para que as relações comunitárias, estabelecidas pelas famílias, façam parte do cotidiano do bairro, da vila, da comunidade.

Ações secundárias

Elas têm caráter de restauração, de reparação de um dano causado nos vínculos familiares entre pais e filhos. Podemos entender a medida socioprotetiva de acolhimento institucional de crianças e adolescentes como uma ação secundária que visa proteger a integridade física, emocional e moral da criança e do adolescente e estabelecer mediações com as instituições operadoras do Direito, a própria família e a comunidade, para que a situação de violação dos direitos seja superada. Tomada isoladamente, a medida de acolhimento é limitada e precisa estar associada a outras ações.

- **Atendimento** especializado para o caso de os membros da família usarem ou abusarem de drogas lícitas ou ilícitas; e psicoterápico para a criança e o adolescente.
- **Atendimento** psicoterápico para a família.
- **Atendimento** psicoterápico para a criança e o adolescente.
- **Capacitação** dos trabalhadores sociais envolvidos no acolhimento de crianças, adolescentes e seus familiares.



Ações terciárias

As ações terciárias têm a conotação de reabilitação, uma vez esgotadas as possibilidades de prevenção e restauração dos vínculos partidos com a família de origem ou extensa. É preciso construir as possibilidades para a formação de novos vínculos, tanto com a família substituta quanto com os novos espaços comunitários, e ainda ter cuidado com o risco de institucionalização permanente de crianças e adolescentes.

- **Possibilitar** a aproximação com as famílias substitutas.
- **Atendimento** psicoterápico para a criança e o adolescente.

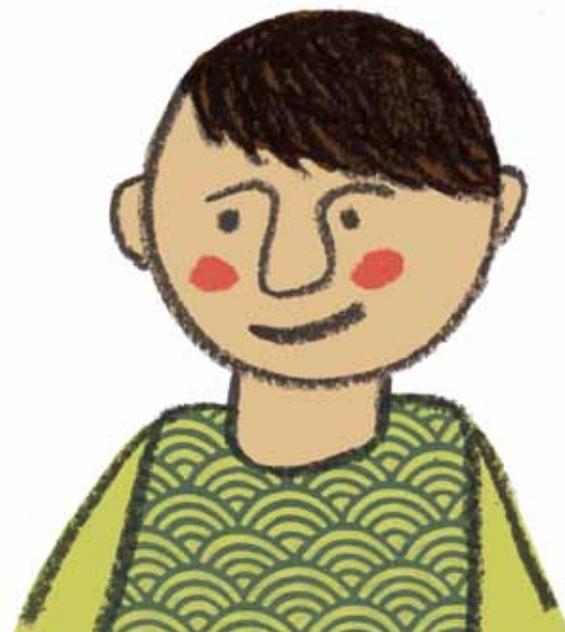


À guisa de conclusão

Este texto foi inspirado nas respostas de um questionário aplicado, em novembro de 2007, pela Coordenadoria Especial da Política Pró-Criança e Adolescente àqueles que participaram de um encontro em Belo Horizonte.

O objetivo desta publicação é comunicar apenas uma regra: antes de agir, olhe à sua volta, examine a situação, compreenda o contexto, identifique seus parceiros. Não há nenhuma receita pronta que sirva para todos os casos.

Terminamos este texto sem nenhuma pretensão de esgotar o tema “Família”, pois esta é uma tarefa impossível. Concluimos afirmando que este, mais que um texto, é um pretexto para uma provocação que gere identificações e estranhamentos.



Referências bibliográficas comentadas

AFONSO, Maria Lucia Miranda (Org.). **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2000.

O livro discute a metodologia das oficinas e relatos de experiência.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC, 1995.

Uma coletânea de textos sobre as questões sociais da família contemporânea brasileira e as estratégias de enfrentamento.

DUARTE, Luiz Fernando (Org.). **Famílias em processo contemporâneo: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995.

Uma coletânea de textos sobre a história da família no Brasil.

AMAS. **Famílias de crianças e adolescentes: diversidade e movimento**. Belo Horizonte: AMAS, 1995.

Este livro apresenta um diagnóstico sobre as famílias de Belo Horizonte, realizado no início da década de 1990.

FRITZEN, Silvino José. **Exercícios práticos de dinâmica de grupo e de relações humanas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976. v.1-4.

A coleção traz sugestões de exercícios de dinâmica de grupo, com indicação dos objetivos a serem alcançados.

GOLDANI, Ana Maria. **Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 19, n.1, jan./jun. 2002.

Este artigo estabelece as relações entre as condições macroeconômicas e as políticas públicas de atenção às famílias.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; SOUSA, Sônia M. Gomes. **A Exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Goiânia: UCG, 2004.

Coletânea que traz reflexões teóricas e relatos de pesquisas e intervenções psicossociais na questão da exploração sexual de crianças e adolescentes.

- MACRUZ, Fernanda de M. S.; FAZZI, José; DAYRELL, Juarez Tarcísio; INÁCIO, Rodolfo A. Casção. **Jogos de cintura**. Belo Horizonte: Escola Sindical 7 de Outubro/SEF-CUT, 1995.
A coleção traz sugestões de exercícios de dinâmica de grupo, com indicação dos objetivos a serem alcançados.
- MARTIN, Viviane Barrere; ANGELO, Margareth. **Significado do conceito de saúde na perspectiva de famílias em situação de risco pessoal e social**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 6, n. 5, dez. 1998.
Este artigo discute as noções de risco pessoal e social.
- MOREIRA, Maria Ignez Costa; BEDRAN, Paula Maria; CARELLOS, Soraia Dojas Melo Silva. **A família sob medida e a medida da família**. Pulsional. Revista de Psicanálise, ano 20, n. 192, dez. 2007.
O artigo trata da experiência de intervenção sistêmica em uma entidade de abrigo da cidade de Belo Horizonte, MG.
- MOREIRA, Maria Ignez Costa. **Pesquisa-intervenção: suas possibilidades e sujeitos de pesquisa**. CASTRO, Lucia Rabello; BESSET, Vera Lopes (Org.). In: **Pesquisa-Intervenção na infância e na juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/Faperj, 2008.
O artigo trata da pesquisa e intervenção com trabalhadores sociais na área da infância e adolescência.
- PBH. **Projeto político-educativo para entidades de abrigo: marco orientador das relações**. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social de Belo Horizonte, 2008.
O livro relata uma oficina de trabalho com educadores de entidades de abrigo e traz o registro da política de abrigos da cidade de Belo Horizonte, MG.
- RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma; NAIFF, Luciene; BAPTISTA, Rachel (Coord.). **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.
O livro traz depoimentos sobre as experiências com trabalhos que promovem a interação entre crianças, adolescentes e suas famílias.

- SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos.** São Paulo Cortez, 2004.
Coletânea de artigos sobre a família na contemporaneidade, as políticas e a cidadania da infância e juventude; conselhos e democracia.
- SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho. Um estudo sobre a moral dos pobres.** Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
A autora trata da organização das famílias pobres em torno do valor moral do trabalho.
- SOUSA, Sônia M. Gomes; RIZZINI, Irene. (Coord.). **Desenhos de família. Criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais.** Goiânia: Cãnone Editorial, 2001.
Coletânea de artigos sobre a experiência de trabalho com família em Goiânia, Go.
- SPINK, Mary Jane. **Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora da modernidade tardia.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, nov./dez. 2001.
Este artigo apresenta os diversos sentidos históricos para o termo “risco” e seus usos na atualidade.
- STENGEL, Márcia et al. **Políticas públicas de apoio sócio-familiar.** Curso de capacitação de Conselheiros Tutelares e Municipais. Belo Horizonte: PUC Minas, 2001.
Este livro traz uma coletânea de artigos sobre políticas públicas e estratégias de apoio sociofamiliar.



apoio:

